ECONOMIA

Relação. O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, disse estar tentando construir uma relação de confiança com o governo e evitou comentários sobre o encontro com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que durou cerca de 1 hora 20 minutos.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
PMQ
Fls. 2024
Rubrica

RUBENS FROTA

ECONOMIA

Contas públicas no pior resultado

As contas do Governo Central tiveram um rombo de R$ 104,6 bilhões nos primeiros oito meses deste ano - o déficit indica que o Governo gastou mais do que arrecadou no período. Trata-se do pior resultado nessa comparação para um primeiro ano de mandato presidencial, segundo dados do Tesouro Nacional. O dado agrega estatísticas do Tesouro, Banco Central e INSS. Em seus dois primeiros mandatos, Lula entregou um saldo positivo nas contas nos oito primeiros meses. Em 2003, o resultado foi um superávit de R$ 107,8 bilhões. Em 2007, o desempenho foi ainda melhor, de R$ 129,2 bilhões. Os dados já estão atualizados pela inflação. A conjuntura econômica atual, porém, é bastante distinta da observada naquela época.

O País já vem de um histórico de déficit nas contas desde 2014. A única exceção foi 2022, quando o impulso da arrecadação com royalties contribuiu para que Bolsonaro entregasse um superávit em seu último ano de mandato. Além disso, antes mesmo de assumir, Lula precisou negociar com o Congresso a aprovação, em dezembro de 2022, de uma PEC para elevar os gastos em até R$ 168 bilhões neste ano, para garantir a manutenção de políticas sociais, como o Bolsa Família, e outras ações básicas para funcionamento de políticas públicas. Depois disso, o ministro Fernando Haddad (Fazenda) vem tentando promover a recomposição da base fiscal do Estado, para elevar a arrecadação. Os resultados, porém, têm sido até aqui mais tímidos do que o inicialmente projetado pelo Governo. Culpa de quem?

Desenrola avança

A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado aprovou, ontem, o Desenrola Brasil, que disciplina regras do programa de renegociação de dívidas do Governo. O projeto deve ser votado pelo plenário na próxima segunda-feira (2) em sessão remota. Membros do Governo vêm alertando que, para não comprometer a continuidade do Desenrola, o PL precisa ser aprovado pelos senadores e sancionado pelo presidente Lula até 3 de outubro, quando expira a MP que criou o programa.

Fim da linha

Hoje termina o prazo para negociação de dívidas ativas com a União. Os donos de pequenos negócios interessados em regularizar sua situação fiscal podem acessar o Portal Regularize da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional para aderir às transações tributárias, com condições diferenciadas. Ao todo, estão disponíveis quatro modalidades de negociações que variam a depender do tipo de porte da empresa, bem como do valor da dívida ativa, entre outros critérios.

Combustíveis: Preços mantidos "por enquanto"

O presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, afirmou, ontem, que a empresa tem condições de "aguentar desconforto" e pode manter os preços dos combustíveis no patamar atual por mais um tempo, apesar da escalada das cotações internacionais do petróleo. Ontem, a cotação do petróleo Brent, referência internacional de preços negociada em Londres, chegou a bater US$ 96 por barril, pressionando ainda mais as defasagens entre os preços internos dos combustíveis e o mercado internacional.

Malha fina

A Receita Federal começou a enviar cartas para 400 mil contribuintes de todo o Brasil que estão na malha fina do IR 2022, desde a última segunda-feira (25) até 16 de outubro. Isso é para ajudar contribuintes a regularizar pendências e evitar penalidades como multas de ofício. Para consultar as pendências identificadas na declaração do IR, não é necessário comparecer presencialmente à RFB. A consulta está disponível no "Extrato da DIRPF", no link cav.receita.fazenda.gov.br.

Moradia

O Governo Federal irá isentar os beneficiários do Bolsa Família e do BPC do pagamento de prestações relacionadas ao MCMV. A estimativa do Governo Federal é que mais de 50% das famílias sejam beneficiadas com a nova norma. A mudança foi publicada em portaria no DOU de ontem. Embora a atual portaria se aplique aos beneficiários existentes no programa, o Governo tem a intenção de estender a isenção de prestações aos novos contratantes que façam parte do Bolsa Família e do BPC.

Na valsa: Parcelamento é opção para 71 milhões

A CNDL e SPC Brasil, junto a Offerwise, apontam que 51% dos consumidores consultados tinham prestações de compras em diversas modalidades a pagar no mês anterior à pesquisa, somando 71,1 milhões de consumidores com contas parceladas – com média de 5,6 parcelas de compras no crédito (1 prestação a mais frente a 2022). Nos últimos 12 meses, destacam-se cartão de crédito (78%), empréstimo pessoal (25%), limite de cheque especial (22%), Pix parcelado (22%) e crediário (19%).

Mais informações de Rubens Frota:
e-mail: frotarubens@gmail.com

Banco Central projeta avanço de 1,8% do PIB em 2024

A primeira projeção ficou acima das expectativas do mercado financeiro e abaixo das projeções do governo federal. A agropecuária deve contribuir negativamente

FOTO FOLHAPRESS

Quanto à inflação, a estimativa do BC para é de 5% para este ano, acima da meta

O Banco Central prevê crescimento de 1,8% para o Produto Interno Bruto (PIB) em 2024. Os dados constam no relatório trimestral de inflação divulgado pela autoridade monetária nessa quinta-feira (28/09). A primeira projeção ficou acima das expectativas do mercado financeiro e abaixo das projeções do governo. Para 2024, o Ministério da Fazenda prevê crescimento de 2,3%, enquanto os economistas da iniciativa privada estimam 1,5%.

Já para este ano, o BC revisou novamente a sua projeção para o crescimento do PIB para cima e espera agora um avanço de 2,9%. A última estimativa, divulgada em junho, era de alta de 2%. "Avalia-se que o forte crescimento no primeiro semestre em parte reflete fatores transitórios e que permanece a perspectiva de que a atividade cresça em ritmo menor nos próximos trimestres e ao longo de 2024", diz.

Segundo a autoridade monetária, a projeção mais elevada para crescimento do PIB para este ano repercute "a surpresa positiva no segundo trimestre e ligeira melhora nos prognósticos para a evolução da indústria, dos serviços e do consumo doméstico". Ainda segundo o BC, o setor da agropecuária deve contribuir negativamente para as variações trimestrais no restante do ano, em especial no terceiro trimestre, visto que a maior parte da colheita dos produtos com os maiores crescimentos anuais ocorreu no primeiro semestre.

O presidente do BC, Roberto Campos Neto, disse que o crescimento do PIB está sendo revisado para cima tanto para este ano quanto para o próximo e que o mercado financeiro. Ele falou ainda em alta do PIB de 3% em 2023 e de ao menos 2% em 2024. Para o ano que vem, o BC espera variações nos componentes da oferta e da demanda mais homogêneas do que as previstas para 2023 e fala em contribuição dos setores mais cíclicos da economia (ou seja, mais sensíveis ao ciclo econômico doméstico), em um ambiente de gradual flexibilização dos juros.

A respeito da taxa de juros, Campos Neto, seguem as incertezas. "Como hoje a gente ainda está em um momento de grande incerteza, inclusive com incertezas adicionais na parte externa, a gente entende que não tem ganho, o valor esperado não seria positivo, de indicar qual é o tamanho do ciclo neste momento", disse. Já quanto à inflação, a estimativa do BC para o IPCA é de 5% para este ano -acima do limite superior do intervalo de tolerância (4,75%). Para 2024, o Banco Central vê 24% de chance de a inflação ultrapassar o teto da meta e 7% de ficar abaixo do limite inferior. Para 2025 e 2026, diz haver probabilidade de 16% de o índice estourar o limite superior da margem de tolerância e 12% de ser menor do que o piso.

Comissão do Senado aprova Desenrola e projeto segue para votação em Plenário

FOTO AGÊNCIA BRASIL

O projeto deve ser votado pelo plenário na segunda-feira (2) em sessão remota

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado aprovou nessa quinta-feira (28/09) o programa Desenrola Brasil, projeto que disciplina as regras do programa de renegociação de dívidas do governo federal. O relator, senador Rodrigo Cunha (Podemos-AL), atendeu à pressão do Ministério da Fazenda e manteve o texto da Câmara dos Deputados. Agora, o projeto deve ser votado pelo plenário na próxima segunda-feira (2) em sessão por meio remota.

O projeto precisa ser aprovado pelos senadores e sancionado pelo presidente Lula até 3 de outubro, dia que expira a medida provisória que criou o programa. Nessa quarta (27), Cunha anunciou apenas um ajuste no texto, para deixar claro que o limite para os juros do rotativo do cartão de crédito não deve ser maior do que 100%.

Mas, em seu relatório, o senador dispensou a emenda de redação. O texto aprovado pela Câmara no início do mês concede 90 dias para as próprias instituições do sistema financeiro definirem um patamar de juros para o rotativo e para o parcelamento da fatura do cartão em atraso. O parcelamento é acionado automaticamente 30 dias após o cliente cair no rotativo por não ter quitado a fatura integral do cartão.

Se não houver aval do Conselho Monetário Nacional (CMN) nesse período, será aplicável o teto que limita a dívida ao dobro do montante original. Em agosto, a taxa média de juros cobrada pelos bancos de pessoas físicas no rotativo do cartão de crédito ficou em 445,7% ao ano, segundo dados divulgados pelo Banco Central nesta quarta-feira. O número representa aumento de 4,4% se comparado ao mês anterior.

PUBLICIDADE LEGAL
JORNAL O ESTADO: (85) 3033.7519